

A vida privada de pessoas públicas: Clinton *versus* Lewinsky

Heleieth I. B. Saffioti¹

Resumo:

O artigo procura trazer, brevemente, para o debate as questões de gênero e as da política institucional dos Estados Unidos.

O capitalismo gerou a separação entre o público e o privado. A própria arquitetura anterior, como bem mostrou Ariès (1978), revelava o exercício das hoje chamadas atividades públicas no mesmo espaço internamente indiferenciado destinado à moradia. A vida familiar não apresentava caráter propriamente privado *vis-à-vis* as atividades públicas. Sequer o fazia no seu terreno específico, pois adultos conviviam com crianças e adolescentes em casas sem divisórias internas. Por conseguinte, não havia o que Ariès chamou de “sentimento de família”, que só começa a se constituir com a formação do espaço público, nos séculos XVI, XVII e especialmente XVIII. Desta sorte, a vivência do privado decorre, historicamente, da experiência do público.

Sennett (1988) via “o público e o privado como uma molécula da sociedade”. Esta íntima associação opunha-se a qualquer idéia de contradição entre expressões públicas e privadas. “Os impulsos diretores em público eram os da vontade e do artifício; os impulsos diretores em privado eram os da restrição e da anulação do artifício. O público era uma criação humana; o privado era a condição humana” (p. 128). No século XVIII, a molécula divide-se, erguendo, pelo menos aparentemente, uma barreira entre, de um lado, a vida familiar e, de outro, as atividades econômicas, políticas, religiosas institucionais, etc. Constituído o domínio da intimidade, esta, nem por isto, deixou de sofrer transformações (Giddens, 1992). O interior da vida privada, entretanto, nunca foi homogêneo. Há espaços da residência em que visitas podem ser recebidas; a outros elas não têm, senão excepcionalmente, acesso. O quarto das crianças presta-se a menos intimidades que o quarto do casal. Hoje, o trabalho domiciliar tornou ainda mais heterogêneo o espaço privado.

Por sua vez, o terreno público nunca foi imune às manifestações da intimidade. A relativamente alta incidência de assédio sexual no ambiente de trabalho demonstra que a molécula única continua, em certa medida, existindo. Isto porque o ser humano é indiviso, o que não significa que se deva aceitar a privatização da *res publica*. Esta constitui construção da coletividade para servir a interesses maiores que os meramente individuais. Embora o corpo coletivo atendido seja sempre bem mais estreito do que o desejável, não se restringe ao singular. É por esta razão que, na política *stricto sensu*, a coisa pública merece, incondicionalmente, a defesa da maioria dos *socii*.

1. Professora titular de Sociologia da Unesp e professora de sociologia do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.

A política *lato sensu* não apresenta, contudo, quadro de contornos tão nítidos. Atividades públicas e privadas entrelaçam-se, porque ambas são porosas, permeáveis. Quando, no início da década de 1970, feministas insistiram na afirmação de que “o pessoal é político”, ponto nodal das políticas de combate à violência doméstica e às demais violências de gênero, encontraram ferrenha resistência. A assertiva de que o pessoal é regido pela organização social, política e econômica era demasiadamente agressiva para um *status quo* de base sexista. Até os dias atuais há muita resistência a esta idéia. Mesmo feministas contemporâneas, felizmente poucas, separam relações interpessoais, para as quais francesas desta opinião reservam a expressão *relations sociales*, e relações estruturais, designadas pela expressão *rappports sociaux*. Isto equivale a dizer que há relações sociais ocorrendo fora da estrutura social, o que remete para uma aceção extremamente limitada deste conceito. Tratar-se-ia, rigorosamente, de uma estrutura de classes, sendo estas concebidas de forma muito economicista. Tão restrito conceito convive perfeitamente bem com o dito popular “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, como se as violências que homens cometem contra mulheres fossem fruto de seu caráter violento ou patológico e não de uma estrutura de poder incrustada na organização social de gênero. Como nunca nenhum cientista de qualquer área do conhecimento conseguiu traçar o perfil mórbido de espancadores, estupradores e assassinos de mulheres, exceção feita dos criminosos em série, ou não se reuniu um acervo de conhecimento capaz de permitir tal diagnóstico ou estes senhores podem ser considerados normais. Aliás, apenas 2% deles são doentes mentais. Não há, por conseguinte, razão para separar, secundarizando-as, relações interpessoais de relações estruturais. O pessoal é, sem nenhuma dúvida, político.

Isto fica bastante evidente quando se procede à inversão do agente adúltero. Supondo-se que Hillary Clinton houvesse mantido relações amorosas extra-conjugais de forma indiscreta, seria exposta à execração pública. A lei da monogamia foi elaborada por homens para controlar a sexualidade das mulheres e, segundo Engels (1972), em benefício da prole legítima no momento da transmissão da herança. O fato é que o controle da sexualidade feminina constitui decorrência da organização política da comunidade doméstica, como bem demonstrou pormenorizadamente Meillassoux (1975).

Praticamente todas as transgressões femininas apresentam um enorme potencial subversivo, especialmente aquelas que têm lugar no domínio do exercício da sexualidade. Já as transgressões masculinas neste terreno sancionam positivamente o *status quo* sexista. Quem faz a lei não a faz para si próprio, mas para seus ou suas dominados(as). Antes mesmo de Engels dedicar-se ao estudo da família, trabalhou, juntamente com Marx, a temática da poligamia dos homens e da monogamia das mulheres. É bem verdade que ambos mostraram a promiscuidade sexual reinante na burguesia, defendendo-se de uma acusação de que eles pregavam a comunidade das mulheres. Reconheciam, entretanto, a ampla prevalência da monogamia femininas.

Ao manter, durante 18 meses, um caso amoroso com Lewinsky, culminação de uma longa carreira de adúlteros, Clinton ratificou um contrato sexual que apenas formalmente é monogâmico. O próprio Hyde, presidente da Comissão de Justiça, que apura os fatos, julga e divulga o relatório Starr e os depoimentos de Clinton e Lewinsky, também cometeu adultério. Isto não significa a defesa do adultério, mas o reconhecimento de que o presidente dos Estados Unidos não perpetrou um delito ímpar. Muitos, talvez quase todos, o fazem sem nenhuma consequência de caráter público. Mas ele é o homem mais poderoso do mundo, ocupando, portanto, uma posição muito cobiçada e não tem maioria no Congresso. Consideradas as condições políticas *stricto sensu*, foi um irresponsável, leviano, imprudente. A política *lato sensu* tem surpreendido. O puritanismo norte-americano parece concentrado no parlamento, uma vez que os eleitores não estão dando

tanta importância ao caso, pois a popularidade do presidente tem subido. Até parece o Brasil do momento: quanto maior a crise financeira, maior o percentual de eleitores que revelam sua intenção de votar em FHC; quanto mais apimentado o romance Clinton-Lewinsky, maior a cotação do presidente junto aos eleitores. Isto, até agora, mas não se sabe se também a longo prazo, será frustrada a estratégia dos republicanos de minar, através da desmoralização de Clinton, as possibilidades eleitorais dos democratas. A estratégia da humilhação não visa somente a manter o presidente sob fogo cruzado até o fim de seu mandato a fim de elevar as chances dos republicanos. As eleições legislativas serão em novembro e Clinton precisa obter maioria para levar a bom termo seu plano de condução de um país que detém hegemonia quase absoluta no mundo. É verdade que países pertencentes à semiperiferia, como o Brasil, hoje eufemisticamente chamados de emergentes, têm colaborado sobremaneira para o êxito da gestão Clinton, na medida em que exportam empregos e abrem sem restrições seus mercados para produtos e capitais — inclusive especulativos — norte-americanos.

De qualquer forma, os Estados Unidos, embora com uma dívida interna de cerca de dois trilhões de dólares e uma balança comercial altamente deficitária, experimentaram exuberância econômica nos últimos anos. Ainda que não seja possível manter tão alta a taxa de crescimento econômico, certamente a economia norte-americana garantirá um bom nível de vida à população, sobretudo porque tem suas dívidas financiadas pelos países da periferia e da semiperiferia. Até mesmo o Japão, apesar da crise de suas instituições financeiras, financia dívidas dos Estados Unidos. Assim, o sucesso do governo Clinton tem sido tão palpável que dificilmente os eleitores norte-americanos entrarão no delírio da sociedade do espetáculo. Talvez haja nesta afirmação boa dose de *wishful thinking*, pois o jogo republicano é muito pesado. Vale dizer que a extrema direita golpeia duramente um presidente capaz de aumentar a hegemonia do país no cenário internacional, mas adúltero. Quando e se a podridão dos adúlteros dos demais vier à tona, provavelmente sobreviverá aquele que revelou maior habilidade na gestão da economia. O futuro, porém, a eles pertence. Que venham os novos eventos.

E o papel desempenhado pelas mulheres nesta história? A jovem Lewinsky não tem nada de inocente. Ter uma Linda amiga gravando suas conversas telefônicas, guardar um vestido azul manchado de sêmen revelam premeditação e falta de escrúpulos. Ganhou os *media*, tendo saído do anonimato para o estrelato. Num país que tem uma verdadeira indústria de indenizações, certamente Paula Jones recuperará suas chances. Quanto a Lewinsky, se, de uma parte, o livro contando sua história já foi recusado por quatro editoras, de outra, recebeu uma oferta de meio milhão de dólares para desfilar, com um vestido azul, na passarela de um costureiro italiano. Ela já adiantou que doará metade desta soma para pesquisas sobre câncer. É a santificação da puta perante o público. Se for católica, confessa seu pecado, mostra desprendimento em relação a um quarto de milhão de dólares e pode acabar canonizada. Se for protestante, a questão se complica. Nada, entretanto, que um bom analista não consiga resolver. Com a notoriedade conquistada, seguramente haverá fila de profissionais para tê-la, graciosamente, como analisanda.

Resta Hillary. Nem Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre suportaram pacificamente um casamento aberto. Houve muito sofrimento. Sua relação era afetiva, razão pela qual a "traição" provocava dor. O contrato existente entre Hillary e Clinton pode até ter sido assentado na afetividade, mas deve ter evoluído para um pacto em torno do poder. Bonita, inteligente, astuta, esta mulher não teria condições de se apresentar em público aparentando tanta descontração se estivesse afetivamente vinculada a seu marido. Afinal, não é fácil a vivência de ser trocada por uma mulher muito mais jovem, ler e ouvir pelos *media* os pormenores picantes do caso e saber que a relação adúltera teve a duração de ano e meio. Todavia, o poder pode dar muito prazer a quem sabe, efetivamente, desfrutá-lo.

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Ph. (1978). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

ENGELS, F. (1972). *The origin of the family, private property and the State*. Nova York: International Publishers.

GIDDENS, A. (1992). *A transformação da intimidade*. São Paulo: Unesp.

EPHESIA. (1995). *La place des femmes*. Paris: Éditions La Découverte.

MEILLASSOUX, C. (1975). *Femmes, greniers & capitaux*. Paris: François Maspéro.

SENNETT, R. (1988). *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras.